

DOCUMENTO & MEMÓRIA: CONTANDO A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO ATRAVÉS DE SEU ARQUIVO

Lucia Freire Belian
Mestranda do mestrado Profissional em História
Universidade Católica de Pernambuco
lucia.belian@unicap.br

RESUMO

A história da educação superior no Brasil é bastante recente, podemos contá-la através dos arquivos das universidades e faculdades, a memória registrada nos documentos são fontes primárias, narram esta trajetória. Este artigo tem o objetivo de contextualizar a trajetória histórica da Universidade Católica de Pernambuco por meio do Arquivo de documentos Oficiais da Administração Superior, desde sua fundação até os dias atuais. Os acontecimentos desta, que é a primeira universidade católica do nordeste e a quarta no Brasil, são contados a partir de seus atos, portarias e resoluções, citados e referenciados neste artigo. A memória coletiva é tema trabalhado na presente pesquisa, que utiliza fragmentos de lembranças de quem pertenceu à instituição de ensino superior tratada. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica ajuda a desenhar a linha do tempo do objeto de estudo e a pesquisa documental acrescenta registros de memórias, de acontecimentos da história da Universidade Católica de Pernambuco. Espero contribuir com a preservação da memória desta conceituada instituição de ensino superior que já faz parte da história dos brasileiros.

Palavras- chave: História da Educação; Memória - UNICAP; Fontes documentais.

1 INTRODUÇÃO

Escrever a história a partir de fontes primárias é um recurso utilizado por historiadores, que vêem nestas fontes a matéria prima de seu trabalho. Sendo assim, a relação entre o documento e a história é estreita, e utilizar arquivos para traçar uma trajetória

histórica e assim salvaguardar a memória de uma pessoa, grupo ou cidade é essencial. Conforme Halbwachs (2006), a memória coletiva é uma reunião do passado vivido por um determinado grupo social, associação das lembranças individuais.

Em uma instituição, os registros das decisões e acontecimentos da mesma irão guiar e comprovar a sua existência, esse registro se faz principalmente através de documentos. Utilizando o conceito de documento, do Arquivo Nacional (2005, p. 73) como: "Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte [...]", esses registros, quando disponibilizados organicamente, são fontes primárias de informação, essenciais no trabalho de preservação da memória e escrita da história. Neste artigo iremos utilizar a história da educação superior no Brasil como cenário para contextualizar a trajetória histórica da Universidade Católica de Pernambuco, por meio de análise documental do Arquivo de documentos Oficiais da Administração Superior, desde sua fundação até os dias atuais, desenvolvendo a narrativa adicionada de registros de memórias, de acontecimentos da história dessa instituição de ensino superior, através da citação de seus documentos institucionais (ANEXO).

Salvaguardar esses acervos de memória é fundamental para construção e preservação da história, seja individual ou coletiva. Le Goff (1990, p. 476) colabora com esse pensamento ao declarar que,

> A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica ajuda a desenhar a linha do tempo do objeto de estudo e a pesquisa documental acrescenta registros de memórias, de acontecimentos da história da Universidade Católica de Pernambuco. Espero contribuir com a preservação da memória desta conceituada instituição de ensino superior que já faz parte da história dos brasileiros.

2 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A monarquia portuguesa proibiu sua colônia Brasil de instalar universidades, monopolizando a formação de alguns brasileiros, como registra Lopes, Faria Filho e Veiga (2000, p. 152): "[...] a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra [...]", essa situação perdurou por todo século XIX.

Houveram tentativas desde o século XVI, por parte dos jesuítas, de implementar no Brasil o ensino superior.

A história da Educação Superior no Brasil é bastante recente, inicia com a transferência da corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, nesse período houve a criação do Curso Médico de Cirurgia da Bahia, da Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e da criação da Academia Real Militar, com o ensino de Engenharia (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000). Reino Unido a Portugal e Algarve (1815), o Brasil era centro político, o que motivou o desenvolvimento de todo reino e por consequência do ensino superior, neste período houve a fundação de cátedras de ensino superior com foco na formação profissional, assim foram criados: o Curso Direito no Mosteiro de São Bento em Olinda, em 1827, e o curso de Direito do convento de São Francisco São Paulo, em 1828.

No Brasil República, final do século XIX e começo do século XX, ocorreu um movimento de desoficialização da gestão do ensino superior, agora os Estados são autônomos o que diversificou e burocratizou bastante os processos, ponto determinante na procura por profissionalização.

Em 1911, o Decreto nº 8.659, de 5 de abril (BRASIL, 1911), conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa, criou a obrigatoriedade de exames de ingresso, restringindo o acesso à Educação Superior, desoficializando o ensino, permitindo a criação de universidades privadas. A primeira Universidade criada no Brasil, foi em Manaus, em 1909, impulsionada pela economia da borracha, logo após o declínio deste ciclo econômico a instituição fechou (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000). A primeira universidade, perpetuada, foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, que reunia os cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Em 1931, com Getúlio Vargas no poder, a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) marcou a educação Superior no Brasil, estabelecendo o ensino modular, criando os estatutos para as Universidades. As primeiras universidades católicas foram fundadas, em 1946, as Pontifícias Universidades Católica do Rio de Janeiro e de São Paulo e em 1951 Universidade Católica de Pernambuco, marcando a presença dos jesuítas, novamente, no campo da educação no Brasil (AZEVEDO, 1976).

Em 1964 o papel das universidades foi novamente discutido por conta da ditadura militar, que impactou fortemente nas questões sociais. A Reforma universitária de 1968, sancionada pela Lei nº 5.540, 28 de novembro de 1968, que em sua ementa fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior (BRASIL, 1968), sugeriu a diminuição

dos gastos e ampliação dos números de vagas nas universidades públicas, extinguindo as preocupações humanísticas. O período marcado pelo Decreto de Lei nº 477 (BRASIL, 1969), dava às autoridades Universitárias e às educacionais o poder de desligar e suspender estudantes, professores e funcionários suspeitos de atividades subversivas ao regime do governo. Durante a década de 1970, seguindo o modelo universitário americano, a reforma universitária traz um importante avanço da rede de ensino de pós-graduação do Brasil.

Nos anos 1990 um projeto político moderno vislumbrava uma formação superior necessária para o desenvolvimento nacional, gerido por Fernando Collor de Mello, incentivou o desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação e capacitou os profissionais, apesar de tais medidas, as verbas foram reduzidas. No governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2003, devido à falta de recursos para investir e criar as vagas necessárias, o MEC entregou parte da oferta das vagas do ensino superior à educação privada, como forma de controle criou um sistema para avaliar o Ensino Superior (A HISTÓRIA…, [2020]).

A partir de 2003, no governo Lula, a 'Universidade do Século XXI' objetivava principalmente a democratização do acesso à educação superior. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), lançado pelo MEC, contribuiu para o acesso às universidades através da liberação de bolsas de estudo. Em 2008 com a recuperação do orçamento das universidades federais houve o aumento de vagas e interiorização do ensino.

Em 2014 as universidades sofreram uma forte crise do seu financiamento, os programas não foram planejados a longo prazo. Em 2016, Michel Temer assumiu a presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff, logo impôs limites para as despesas primárias, entre elas a educação, o que acentua a crise pela qual a educação já passa (MORGAN; NAJJAR, 2020).

Em 2020 o MEC através da Portaria nº 343/2020, orienta medidas restritivas ao funcionamento presencial das aulas, devido a pandemia do COVID-19, crise sanitária mundial e afetou toda a sociedade (SILVA, 2020).

> Art. 1º: Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. (BRASIL, 2020).

Após o período crítico de isolamento social devido a pandemia, o que restou além da crise financeira, foi a crise da democracia, o sucateamento das universidades públicas e corte

em verbas de manutenção das universidades federais e nos planos de financiamento estudantil.

3 A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO ATRAVÉS DE SEU ARQUIVO

Durante a República com a instituição do estado laico, determinado pelo Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, a Igreja Católica encontrava-se enfraquecida (AQUINO, 2012). Após a Primeira Guerra Mundial, os Católicos iniciaram um novo movimento político social no Brasil, aqui em Pernambuco, na Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, líder da mobilização da igreja católica, escreveu sua "[...] famosa Carta Pastoral de 1916, expondo a necessidade da Igreja fortalecer sua presença na vida brasileira." (AZEVEDO, 1976), nesta carta Dom Leme expressa sua indignação ao lamentar que apesar da maioria dos brasileiros considerar-se católica, a igreja pouca influência política tem, declara sua vontade de elevar a qualidade da educação religiosa, convidando os jesuítas a trabalharem com educação. Neste momento o Palácio da Soledade é vendido aos Jesuítas, por Dom Leme, e torna-se sede dos trabalhos educacionais da Companhia de Jesus em Pernambuco (CABRAL, 2022).

A primeira entidade católica de ensino superior fundada por jesuítas, no Recife, foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, inaugurada em 1943, que funcionava no prédio do Colégio Nóbrega à noite, oferecendo somente para homens os cursos de Filosofia, Física, Matemática, Química, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Ciências Econômicas. Devido ao baixo número de matrículas, em 1946, os Jesuítas em Recife ampliaram de imediato suas vagas às mulheres e decidiram investir em uma sede própria (AZEVEDO, 1976).

Ainda em 1948 a Faculdade de Comércio e Economia de Pernambuco foi entregue à Companhia de Jesus, o Pe. Francisco Tavares de Bragança tornou-se diretor das duas faculdades, o que reacendeu o sonho de fundar uma Universidade Católica (AZEVEDO, 1976).

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, aprovado durante o governo de Getúlio Vargas, regulamentou a criação de novas universidades, que deveriam ser compostas de, no mínimo, três faculdades. E determinava que deveria: "[...] congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras" (BRASIL, 1931). Assim a Universidade Católica de Pernambuco surgiu em 27 de

setembro de 1951, foi formada pela união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, da Faculdade de Comércio e Economia de Pernambuco com a incorporação da Escola Politécnica, foi registrada pelo Decreto nº 30.417, de 18/01/1952 (BRASIL, 1952).

Com a fundação da Universidade, o então diretor das faculdades, Pe. Francisco Tavares de Bragança foi nomeado reitor, fato que comprovamos na Resolução nº 01/86, do Conselho Universitário, que concedeu título e medalha de grande benemérito, reconhecendo-o como fundador e o primeiro Reitor da Universidade Católica de Pernambuco. O cargo de diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, precisava ser ocupado e foi entregue ao Reverendíssimo Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S. J., nomeado pela Portaria nº 2, de 3 de maio de 1952, já assinada pelo Pe. Francisco Tavares Bragança, S. J.. O Pe. Bragança permaneceu reitor até 1957, sendo substituído por exigências do Provincial, na época Pe. Paulo Bannwarth, pelo Pe. Mosca, através do Decreto de Nomeação, de 05 de janeiro de 1959.

Planos para o desenvolvimento da Universidade já estavam traçados, como as ampliações físicas que começaram em 1958, Pe. Mosca lançou a pedra fundamental do Bloco A, inaugurado em 1961, nomeado pela Resolução nº 5, de 15 de outubro de 1969 de 'Edifício Pe. José Tôrres Costa, S. J.', em 1964 iniciou a construção do Bloco C. As construções eram necessárias para abarcar os planos de crescimento e ampliação dos cursos oferecidos, em 5 de julho de 1959 a Faculdade de Direito foi fundada, seu diretor o Reverendo Pe. Esmeraldo de Melo, S. J., foi nomeado pela Portaria, de 5 de junho de 1959, da Reitoria. Em 1962 um novo Estatuto foi apresentado ao Ministério da Educação e Cultura pelo Reitor Pe. Mosca, S. J. descentralizando a coordenação da Universidade.

A Universidade Católica de Pernambuco estava estruturada para crescer, e após nove anos de trabalho na reitoria, o Pe. Mosca entregou a reitoria ao Pe. Geraldo Curcino de Freitas, S. J., em Ato de nomeação, de 20 de janeiro de 1966. Em 1967 as ampliações físicas continuaram e foi iniciada a construção do Bloco B. Pe. Curcino ainda na sua administração criou vários institutos, seus coordenadores foram nomeados pelas Portarias de 31 de Janeiro de 1968, são eles: Instituto de Matemática e Física, nomeados os professores Rômulo Maciel e João Barbosa de Oliveira; o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, nomeado Prof. Potiguar Figueirêdo Mattos; o Instituto de Geo-Ciências, nomeado o Prof. Manoel Correia de Oliveira Andrade; o Instituto de Psicologia, nomeada a Profa. Maria Auxiliadora Moura.

Em tempo de número crescente de alunos e de pressão social e política pela qual o Brasil passava o Professor Potyguar de Figueiredo Mattos, um leigo, assumiu a Reitoria, através do Ato de nomeação, de 31 de julho de 1969. Em 1970 foram criados outros Institutos, com a nomeação de seus diretores em 16 de fevereiro, entre eles o Instituto de Filosofia e Ciências Religiosas, o diretor o Pe. Rolland Lachance S.J.; o Instituto de Letras e Ciências Humanas, o diretor o Pe. Arno Maldaner, S. J.; o Instituto de Tecnologia e Ciências Exatas, citado como diretor pela Portaria 06/70 o Prof. Paschoal Carrazzoni. A universidade continuou ampliando a oferta de cursos, em 1971 ofertou o Curso de língua Alemã, autorizado pela Portaria 22/71, de 18 de março de 1971 e o Curso de Teoria e Prática do Júri, aprovado pela Portaria 25/71, de 19 de março de 1971.

Em meio a forte crise econômica, neste mesmo ano, através do Ato de nomeação, de 14 de dezembro de 1971, da Chancelaria, o Monsenhor Rubens Gondim Lóssio, S. J., novamente um jesuíta, tomou a direção da Universidade, como medidas para colocar a universidade novamente no rumo do renascimento, aprovou um novo Estatuto e Regimento da universidade, que entrou em vigor dia 1 de janeiro de 1972, através da Resolução nº 10/71, de 31 de dezembro de 1971, do Conselho Superior. Este novo regimento reestruturou as unidades educacionais e administrativas da UNICAP, criando o Ciclo Básico, através da Portaria nº 26/72, de 24 de fevereiro de 1972, da Reitoria; quatro Centros Educacionais: Teologia e Ciências Humanas (CTCH), Ciências Sociais (CCS), Tecnologia e Ciências Exatas (CTCE) e Educação (CE) e três Pró-reitorias: a Acadêmica, Administrativa e Comunitária, citados na Portaria nº 02/72, de 10 de janeiro de 1972, da Reitoria, tais medidas descentralizaram o poder e distribuíram os cursos em centros. Assim, conseguiu seguir com os planos de expansão do campus, com a construção do Bloco G e o R. A implantação de novos cursos também continuou por esta década, foram criados: Educação Moral e Cívica, Educação Física e Serviço Social aprovados a pela Resolução nº 10/72, de 31 de outubro de 1972, do Conselho Superior; Turismo, pela Resolução nº 22/74, de 25 de novembro de 1974, do Conselho Superior; Engenharia Química, pela Resolução nº 16/76, de 08 de outubro de 1976, do Conselho Superior e Fonoaudiologia, pela Resolução nº 13/77, de 14 de novembro de 1977, do Conselho de Ensino e Pesquisa.

Seguindo modelo adotado em todo Brasil, que ampliava a oferta de cursos de pós-graduações, a Universidade instituiu a Coordenação Geral de Pós-graduação, pela Portaria nº 129/76, de 27 de outubro de 1976, da Reitoria, que tinha o objetivo de administrar as especializações.

Uma Universidade em franco crescimento, o Pe. Antonio Geraldo Amaral da Rosa, S. J. recebeu para dirigir, o Ato nº 02/78, de 05 de janeiro de 1978, o nomeou reitor e foi reconduzido pelo Ato nº 01/82, de 06 de janeiro de 1982, ambos da Chancelaria. Durante sua administração, em 1983 foi iniciada a construção do prédio da Biblioteca Central, a biblioteca recebeu o nome do ex-reitor Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S. J., falecido em dezembro de 1982, o luto de três dias foi decretado segundo Portaria nº 127/1982. A Biblioteca até hoje é o cartão postal da Universidade Católica de Pernambuco, devido a beleza de seu prédio, com quatro pavimentos.

No final da década de 1980 a Universidade inicia a elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Informática, o então reitor Pe. Theodoro Paulo Severino Peters, que assumiu em 1986, pelo Ato nº 01/86, de 17 de janeiro de 1986, criou a Assessoria de Informática, pela Portaria nº 30-A/86, de 13 de fevereiro de 1986, seguindo a tendência nacional.

No ano de 2006, tomou posse o atual reitor Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S. J., através do Ato nº 001/2006, da Presidência, cumpriu os convênios nacionais e internacionais, mas introduziu o seu jeito de dirigir, que tanto deu certo, que reconduziu o Pe. Pedro em quatro nomeações seguidas. Reestruturou o jardim principal, abrindo a comunidade, além de inaugurar o Laboratório de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Corpore Sano, registro da Primeira Coordenadora na Portaria nº 012/2007, de 16 de janeiro de 2007, da Presidência, com o objetivo de prestar serviços a toda comunidade, construindo pontes entre a universidade e o mundo.

Impulsionou a ampliação da Pós-graduação dando início aos cursos de doutorado, em 2007 com o Doutorado em Ciências da Linguagem, autorizado em Portaria nº 027/2007, de 27 de março de 2007, da Presidência; em 2008 o Doutorado em Psicologia Clínica, registrado na Resolução nº 003/2008, de 22 de abril de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e em 2014 o Doutorado em Ciências da Religião, criado pela Portaria nº 065/2014, de 02 de julho de 2014, da Presidência e Doutorado em Direito, registro na Portaria nº 067/2014, de 02 de julho de 2014, da Presidência.

No ano de 2013 a universidade ofereceu dois novos cursos de suma importância para a sociedade, o Curso de Medicina, autorizado pela Portaria nº 012/2013, de 18 de janeiro, da Presidência e o curso de Enfermagem, pela Resolução nº 008-B/2013, de 08 de agosto, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O crescimento da Unicap quebrou barreiras e em 2019 nasceu a UNICAP Icam, da parceria da UNICAP com o Institut Catholique d'Arts et Métiers (ICAM), uma escola de engenharia da França, sua comissão foi instituída pela Portaria nº 097/2019, de 06 de junho de 2019. Logo após estabelecida a parceria foi criado o curso de Engenharia da Complexidade, pela Resolução nº 035/2019, de 03 de outubro de 2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A partir de 17 de março de 2020 seguindo orientação do MEC, devido a pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, as aulas presenciais foram substituídas por aulas em meios digitais (BRASIL, 2020), esta condição perdurou até 2022, porém o calendário acadêmico não sofreu perdas. Além das aulas, os demais serviços foram adaptados ao meio virtual.

No ano de 2021, a universidade modifica novamente a estrutura da sua administração superior, criando novamente o cargo de vice-reitor, nomeado no Ato nº 002/2021, de 08 de janeiro de 2021, da Presidência, o Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, S. J. Reestrutura também as unidades educacionais criando Escolas, são citadas e nomeados seus diretores na Portaria nº 010/2021, de 14 de janeiro de 2021, da Presidência, são elas: Comunicação, Ciências Jurídicas, Educação e Humanidades, UNICAP ICAM-TECH, Saúde e Ciências da Vida e Gestão, Economia e Política. Essas mudanças visam o futuro e preparam a universidade para comemoração dos seus 80 anos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, [*S. l.*], v. 32, n. 63, 2012. Dossiê: Igreja e Estado. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/DN3RqRM77qTpMtnfLwtLqyb/?format=pdf& lang=pt. Acesso em: 23 nov. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminolgia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, Ferdinand. Universidade Católica de Pernambuco: subsídios para sua história. **Symposium,** Recife, v. 18, n. 2, p. 5-25, 1976.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 477, 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público [...] Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei- 477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911.** Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Brasília, DF: Presidência da República, 1911. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659 -5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Brasília, DF: Presidência da República, 1915. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 30.417, de 18 de janeiro de 1952.** Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Católica de Pernambuco. Brasília, DF: Presidência da República, 1952. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30417-18-janeiro-1952-339898-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.,elementos%20de%20prova%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/ l12527.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais [...]. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 2 nov. 2022.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Nossa história.** Recife: UNICAP, 2022. Disponível em: https://portal.unicap.br/nossa-historia. Acesso em: 16 jun. 2022.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao Projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

A HISTÓRIA da universidade no Brasil: aula 07. [S. l.: s. n.], [2020]. 1 vídeo (10min 59s). Disponível em: https://youtu.be/FLpIPwSJxco. Acesso em: 2 nov. 2022.

A HISTÓRIA da universidade no Brasil: aula 08. [S. l.: s. n.], [2020]. 1 vídeo (10min 53s). Disponível em: https://youtu.be/cYcgdHby3Kk. Acesso em: 2 nov. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORGAN, Karine Vichiett; NAJJAR, Jorge Nassim Vieira. Na contramão da gestão democrática: políticas educacionais no Brasil a partir de 2016. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, jan. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100404&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2022.

SILVA, S. P. da. Impactos do Governo Bolsonaro em tempos de Coronavírus no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, *[S. l.]*, v. 14, 2020. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4355. Acesso em: 31 out. 2022.

UNIVESP. **História da Educação no Brasil - Aula 15 - Ensino superior:** organização e expansão. São Paulo: UNIVESP, 24 out. 2014. 1 vídeo (21min 51s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AQFE8OcFYG8. Acesso em: 25 abr. 2022.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato de nomeação, de 14 de dezembro de 1971.** Nomeia Reitor da Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 1970.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato de nomeação, de 16 de fevereiro de 1970.** Nomeia o Revdmo. Padre Arno Maldaner, S. J., Diretor do Instituto de Letras e Ciências Humanas. Recife: UNICAP, 1970.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato de nomeação, de 16 de fevereiro de 1970.** Nomeia o Revdmo. Padre Roland Lachance, S. J., Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Religiosas. Recife: UNICAP, 1970.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato de nomeação, de 20 de janeiro de 1966.** Nomeia Reitor da Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 1966.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato de nomeação, de 31 de julho de 1969.** Nomeia o Professor Potyguar Figueirêdo Mattos, Reitor da Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 1969.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato nº 01/82, de 06 de janeiro de 1982. Nomeia Reitor.** Recife: UNICAP, 1982.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato nº 01/86, de 17 de janeiro de 1986. Nomeia Reitor.** Recife: UNICAP, 1986.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Ato nº 02/78, de 05 de janeiro de 1978. Nomeia Reitor.** Recife: UNICAP, 1978.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Chancelaria. **Decreto de Nomeação, de 05 de janeiro de 1959.** Nomeia o sr. Aloísio Mosca de Carvalho para o cargo de Reitor Magnífico da Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 1959.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 13/77, de 14 de novembro de 1977.** Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Formação de Tecnólogos em Fonoaudiologia. Recife: UNICAP, 1977.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 003/2008, de 22 de abril de 2008.** Homologa criação de curso. Recife: UNICAP, 2008.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 008-B/2013, de 08 de agosto de 2013.** Autoriza a criação do curso de Enfermagem. Recife: UNICAP, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 035/2019, de 03 de outubro de 2019.** Aprova criação de curso. Recife: UNICAP, 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução nº 01/86, de 17 de janeiro de 1986.** Outorga Título de Grande Benemérito. Recife: UNICAP, 1986.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho Superior. **Resolução nº 10/71, de 31 de dezembro de 1971.** Aprova o novo Estatuto e Regimento da U. C. P.. Recife: UNICAP, 1971.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho Superior. **Resolução nº 10/72, de 31 de outubro de 1972.** Aprova a criação dos Cursos de Educação Física, Educação Moral e Cívica e Serviço Social. Recife: UNICAP, 1972.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho Superior. **Resolução nº 16/76, de 08 de outubro de 1976.** Homologa a criação do Curso de Engenharia Química. Recife: UNICAP, 1976.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Conselho Superior. **Resolução nº 22/74, de 25 de novembro de 1974.** Homologa a criação do Curso de Turismo. Recife: UNICAP, 1974.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Ato nº 001/2006, de 10 de janeiro de 2006**. Nomeia Reitor.** Recife: UNICAP, 2006.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Ato nº 002/2021, de 08 de janeiro de 2021**.** Nomeia Vice-Reitor. Recife: UNICAP, 2021.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 010/2021, de 14 de janeiro de 2021**.** Nomeia Diretores(as) de Escolas. Recife: UNICAP, 2021.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 012/2007, de 16 de janeiro de 2007**.** Nomeia Coordenadora do Laboratório de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Corpore Sano. Recife: UNICAP, 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 012/2013, de 18 de janeiro de 2013**.** Autoriza a criação do curso de Medicina. Recife: UNICAP, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 027/2007, de 27 de março de 2007**.** Homologa criação de curso. Recife: UNICAP, 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 065/2014, de 02 de julho de 2014**.** Autoriza a criação do Programa de Pós-graduação, Stricto Sensu, nível de Doutorado em Ciências da Religião. Recife: UNICAP, 2014.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Presidência. Portaria nº 067/2014, de 02 de julho de 2014**.** Autoriza a criação do Programa de Pós-graduação, Stricto Sensu, nível de Doutorado em Direito. Recife: UNICAP, 2014.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria, de 5 de junho de 1959.** Nomeia o Reverendo Padre Esmeraldo de Melo para o cargo de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Recife: UNICAP, 1959.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria, de 31 de janeiro de 1968.** Nomeia Coordenador do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Recife: UNICAP, 1968.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria, de 31 de janeiro de 1968.** Nomeia Coordenador do Instituto de Geo-Ciências. Recife: UNICAP, 1968.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria, de 31 de janeiro de 1968.** Nomeia Coordenador do Instituto de Matemática e Física. Recife: UNICAP, 1968.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria, de 31 de janeiro de 1968.** Nomeia Coordenadora do Instituto de Psicologia. Recife: UNICAP, 1968.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 2, de 3 de maio de 1952.** Resolve nomear o Reverendíssimo Padre ALOÍSIO MOSCA DE CARVALHO, S. J. para exercer as funções de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas pertencentes à referida Universidade. Recife: UNICAP, 1952.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 02/72, de 10 de janeiro de 1972. Estabelecer providências baseadas no Estatuto e Regimento Geral.** Recife: UNICAP, 1972.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 06/70, de 16 de fevereiro de 1970.** Nomeia Coordenadores para os Departamentos de Física, Química, História Natural, Estatística e Engenharia. Recife: UNICAP, 1970.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria 22/71, de 18 de março de 1971. Autoriza a criação do curso de Língua Alemã, no Departamento de Letras do Instituto de Letras e Ciências Humanas.** Recife: UNICAP, 1971.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria 25/71, de 19 de março de 1971. Aprova o Curso de "Teoria e Prática do Júri", a ser ministrado pelo Prof. Roque de Brito Alves.** Recife: UNICAP, 1971.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 26/72, de 24 de fevereiro de 1972. Dispõe sobre o funcionamento do primeiro ciclo no ano de 1972.** Recife: UNICAP, 1972.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 30-A/86, de 13 de fevereiro de 1986.Cria a Assessoria de Informática, fixa as suas atribuições e dá outras providências.** Recife: UNICAP, 1986.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 097/2019, de 06 de junho de 2019. Constitui Comissão Geral UNICAP - ICAM.** Recife: UNICAP, 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. Portaria nº 127/82, de 14 de dezembro de 1982. **Declara luto oficial da Universidade Católica de Pernambuco.** Recife: UNICAP, 1982.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Portaria nº 129/76, de 27 de outubro de 1976. Implanta a Coordenação Geral de Pesquisa e Pós-Graduação - CGP.** Recife: UNICAP, 1976.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Reitoria. **Resolução nº 5, de 15 de outubro de 1969.** Denomina o Bloco A da Universidade "Edifício Pe. José Tôrres Costa, S. J.". Recife: UNICAP, 1969.

ANEXO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Uma breve história através de seu arquivo

